

Professora

PRESTANDO CONTAS



PRIMEIRO SEMESTRE REPLETO DE ÊXITOS: CAMPANHA SALARIAL E REALIZAÇÃO DO 14º CONSINPRO

CAMPANHA SALARIAL 2024

**EDUCAÇÃO
BÁSICA TEM
ACORDO
ASSINADO**

P. 3

EDITORIAL

P. 2

14º CONSINPRO - "VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA"

P. 4, 5 E 6

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023: APROVADA

P. 7

EDUCAÇÃO SUPERIOR

P. 7

A MEMÓRIA VIVA DO SINPRO-RIO

P. 8

Editorial

UMA CATEGORIA EM LUTA

A classe trabalhadora em nosso país ainda vivencia um quadro político difícil. Neste contexto, em que está incluída a luta de professoras e professores que atuam nas instituições privadas de ensino, o Sinpro-Rio encerra o primeiro semestre de 2024 cumprindo o planejamento da Diretoria para o período, com a participação na Conferência Nacional de Educação que discutiu o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos, com o fechamento das Convenções Coletivas e com a realização exitosa do seu 14º Congresso estatutário.

Além do trabalho relativo às questões corporativas da categoria, uma das nossas tarefas fundamentais está no campo da resistência aos retrocessos provocados por forças fundamentalistas e reacionárias que, utilizando-se de mídias próprias, de "Fake News" e de ataques aos direitos humanos, sociais, trabalhistas e ambientais, representam fortes ameaças à democracia.

Valorização do Magistério e Fortalecimento da Democracia foi o mote do nosso 14º Consinpro, que ditou os rumos da luta pela revogação das reformas previdenciária, trabalhista e sindical. O caminho a seguir precisa, sobretudo, envolver o debate sobre a chamada "revolução digital", que vem acarretando mudanças profundas no mundo do trabalho.

O discurso ideológico do neoliberalismo abriu caminho para a intensificação de diferentes formas de privatização no campo da educação. As grandes corporações passam a usar suas plataformas, tecnologias e seu poder de influência a favor dos seus interesses de máxima lucratividade e transformam a educação, que é um direito de todos, em mercadoria.

Lutamos pela regulamentação do ensino privado e o seu controle pelo poder público, de forma a garantir a qualidade do ensino, o respeito aos direitos dos estudantes e dos profissionais da educação.

Lutamos contra as condições de trabalho que vêm se degradando, tornando o trabalhador refém da volúpia patronal que, a cada ano, amplia tarefas e obrigações, reduzindo direitos e desqualificando a ação dos sindicatos. O uso banalizado do assédio para extrair aumento de produtividade submete os profissionais da educação a um ritmo de trabalho que esgota e ultrapassa os limites do próprio corpo, provocando um sofrimento psíquico que tem levado um grande número de professores e professoras ao adoecimento.

A classe dominante quer um trabalhador sozinho, vulnerável e isolado. No entanto, a história demonstra que os direitos trabalhistas, alcançados no coletivo e na luta sindical, proporcionaram conquistas como a diminuição de desigualdades sociais. Por outro lado, a retirada de direitos coloca o povo na pobreza e no abandono. A democracia precisa de sindicatos que lutem na defesa de uma sociedade pensada pela e para a classe trabalhadora. Essa construção não pode ser impulsionada pelo lucro desmedido de uns poucos, mas deve ser engendrada pelas reais demandas e desejos da grande maioria da população.

Entendemos que nosso compromisso precisa envolver o combate às condutas antissindicalistas e de violência moral e profissional praticadas pelos proprietários das instituições privadas de ensino, que desrespeitam os trabalhadores do setor e que destroem os direitos consagrados e as conquistas históricas da categoria.

**DIRETORIA EXECUTIVA****Presidente**

Elson Simões de Paiva

1º Vice-presidente

Marcelo Pereira

2º Vice-presidente

João Jorge de Araújo Armênio

1ª Secretária Geral

Afonso Celso Teixeira

2ª Secretária Geral

Mária Marta de Andrade Cerqueira

1ª Secretária de Finanças

Oswaldo Luís Cordeiro Teles

2ª Secretária de Finanças

Arnaldo Borba Júnior

1ª Secretária Jurídica

Hélio de Oliveira Maia

2ª Secretária Jurídica

Fábio Rodrigo Conde

1ª Secretária de Relações

Márcio Franco Xavier Vieira

Políticas Sindicais

Márcio Franco Xavier Vieira

2ª Secretária de Relações

Andréa Cristina Teodoro

Políticas Sindicais

Andréa Cristina Teodoro

1ª Secretária de Comunicação

Antônio Rodrigues da Silva

2ª Secretária de Comunicação

Bruno Müller Mata da Silva

1ª Secretária de Educação e Cultura

Ana Lucia Guimarães

2ª Secretária de Educação e Cultura

Arthur Luiz Soares Martins

DIRETORIA REGIONAL**Regional Sul**

Luciano Wilsner da Costa Zarur

Fernando Antônio da Costa Vieira

José Carlos Vieira Campos

Mária Fernanda Magalhães Soelza

Viviane Ferreira de Lima

Regional Oeste / Base Estendida

Fábio Emídio Linhares de Souza

Valéria Cristina Rezende Lobo

Ricardo Carvalho de Faria

Wellington Freitas da Silva

Luiz Henrique Rodrigues Bandeira

Regional Barra / Jacarepaguá

Marcella Mendonça da Fonseca

Wladimir Cerveira de Alencar

Andréa Oliveira Vicente

Gerson dos Santos Seabra

Elton Rodrigues de Souza

Regional Centro / Tijuca

Izabel Cristina Gomes da Costa

Gisele Calamara Câmara Chaves

Luan Ribeiro de Araújo

Mariana Souza Temoteo

Leonardo Fortes Gomes

Regional Central / Norte

Eliza Barbosa de Souza Estevão

Izabela Mendes da Silva

Julia Queiroz Arêas

Jayram Saraiva Uchôa

André Luiz de Azevedo

Regional Leopoldina / Ilha

Vera Lúcia Neri da Silva

Aurino Baptista da Costa Junior

Mária Aparecida Santos de Oliveira

Marcelo Ferreira Sant'Anna

Magna Correia de Lima Duarte

CONSELHO FISCAL**Titulares:** Mario Maturro Coutinho,

Leila dos Santos Azevedo, Gustavo

Henrique Cornélio

Suplentes: Maria Alice Alkmim

Andrade, Newwone Ferreira da

Costa, Sheila de Lourdes Oliveira

de Melo

DELEGADOS SINDICAIS

Adalgiza Burity da Silva, Adalton

da Motta Mendonça, Antonio

Cesar Pereira, Carlos Alberto

Absalão de Souza, Deyse de

Souza Coutinho, Dilson Ribeiro

da Silveira, Heloisa Helena Antas

Tavares, Hiran Roedel, Ireni

Felizardo, Ivano Costa Souza,

João Paulo Câmara Chaves,

José Ricardo Andrade Ferreira,

Luís Augusto Borges Leão, Luiz

Edmundo Vargas de Aguiar, Marco

Tulio Paolino, Marcos Antonio

Ribeiro da Costa, Maria Eduarda

Quiroga P. Fernandes, Maria José

da Conceição Lourenço, Marina

Job Vasques de F. Espírito Santo,

Maurício Ricardo Alves Rossi,

Neide Hanan, Norma Simões

de Paiva, Orlando Falsett Filho,

Ricardo Ferreira Lourenço,

Robson Malheiros, Solange José

Dias, Ulisses André da Silva, Valdeci

Borges, Vania Jussara da Cruz

Bretas Vilarinho, Vera Lucia Schilling

da Câmara, Yara Maria Pereira

Expediente

O Jornal do Professor é uma publicação do Sinpro-Rio. Distribuição Gratuita. É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Jornalista Responsável: Washington Luiz de Araújo
(MTB 15.388/SP)

Jornalista: Alessandra Novaes (MTB 22.321/RJ)

Diagramação: Nathália Barbosa

Impressão: 3graf Gráfica e Editora (Tiragem: 6000)

Secretaria: 3262-3405 e 3262-3407 | secretaria@sinpro-rio.org.br

Jurídico: 3262-3420 e 3262-3429/30 | juridico@sinpro-rio.org.br

Plantão de Diretores:
3262-3410 e 3262-3412 | plantao@sinpro-rio.org.br

Tesouraria: 3262-3449 e 3262-3450 | tesouraria@sinpro-rio.org.br

Comunicação: 3262-3464 e 3262-3465 | comunicacao@sinpro-rio.org.br

Escola do Professor: 3262-3439 e 3262-3440 | escola@sinpro-rio.org.br

Sede Centro

Rua Pedro Lessa, 35 – 2º, 3º, 5º e 6º andares – Centro – CEP: 20030-

030 | Tel: (21) 3262-3400

sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

Subsede Campo Grande

Rua Manaj, 180, Campo Grande – CEP: 23052-220

Tel.: (21) 2415-4686 / 3402-1768

campogrande@sinpro-rio.org.br

www.sinpro-rio.org.br

facebook.com/sinprorio1931



CAMPANHA SALARIAL 2024

EDUCAÇÃO BÁSICA: ACORDO ASSINADO

Valorização do Magistério foi o tema central da nossa Campanha Salarial deste ano, na qual a categoria reivindicou um reajuste proporcional ao que as instituições de ensino passaram a cobrar dos pais e responsáveis, desde janeiro, através do aumento das mensalidades escolares. Com uma prática que se repete a cada ano, aliada a um discurso que simula objetivar qualidade de ensino, a iniciativa privada sai sempre ganhando – uma escancarada “mais valia” às custas de professoras e professores.

Além disso, reivindicações históricas da categoria também fizeram parte de nossas pautas:

- Equiparação salarial em relação ao piso de todas as etapas da educação básica
- Remuneração da hora de planejamento, correção de trabalhos e provas, e lançamentos de notas no sistema
- Remuneração por aprimoramento acadêmico

No entanto, durante quase cinco meses de campanha, enquanto a categoria fazia sua voz ser ouvida por melhores condições de salário e de trabalho, os donos de escolas se mostravam insensíveis ou se fazendo de surdos.

Iniciado um longo processo negocial, desde o começo do ano letivo, somente às beiras da data-base de reajuste da categoria, que é o mês de abril, o patronato resolveu se pronunciar.

Somente quando a paciência dos professores e das professoras se esgotou, expressa na realização de vários atos em portas de escolas e na aprovação em Assembleia do Estado de Greve, é que o patronal resolveu fazer uma proposta minimamente factível a ser levada à apreciação da categoria.

Dessa forma, no dia 29 de junho, foi realizada uma Assembleia que aprovou, por unanimidade, um reajuste salarial, para toda a categoria, com base no índice de 4,5%, retroativo à data-base de abril – com ganho real acima do INPC, que foi de 3,4%.

Ficou acordado que o pagamento dos atrasados, referentes aos meses de abril, maio e junho, deverá ser efetuado junto ao salário de julho.

Além da manutenção em sua integralidade da nossa Convenção Coletiva de Trabalho – CCT –, foi incluída uma nova cláusula, na qual as professoras e os professores passam a contar com mais um dia, por semestre, de disponibilidade para levar filhos ou pais idosos ao médico.

Educação Básica

REAJUSTE A partir de abril 2024, 4,5% sobre março de 2024
EXEMPLO Quem ganhava R\$ 2000,00 em março de 2024 terá reajuste de 4,5% x R\$ 2.000,00 = R\$ 90,00
CONTRACHEQUE No contracheque de julho-2024, teremos A) Salário já reajustado B) R\$ 2000,00 + R\$ 90,00 = R\$ 2090,00 C) Diferenças de abril, maio e junho 3 x R\$ 90,00 = R\$ 270,00
TOTAL = R\$ 2.360,00 no contracheque de julho. A partir de agosto, R\$ 2.090,00

BASE ESTENDIDA
A Base Estendida do Sinpro-Rio, que compreende os municípios de Itaguaí, Paracambi e Seropédica, aprovou o Acordo Coletivo de Trabalho com reajuste de 4%, retroativo à Data Base de maio, e pagamento de 1,6% a título de abono salarial em outubro e manutenção de todas as cláusulas sociais.

SESI
Já no que consiste ao Sesi, cujo Acordo Coletivo de Trabalho compreende o período de 01 de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025, foi aprovado reajuste de 4%, com manutenção das cláusulas sociais em sua integralidade.

CULTURA INGLESA
Foi assinado no dia 17 de maio o Acordo Coletivo de Trabalho 2024.
Veja o acordo detalhado em: <https://site.sinprorio.org.br/camp-salarial-2024-cultura-inglesa-assinado-acordo-coletivo/>

MOBILIZAÇÃO NAS RUAS E PORTAS DE ESCOLAS



14° CON SIN PRO

VALORIZAR O MAGISTÉRIO
E FORTALECER A DEMOCRACIA

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

O Sinpro-Rio realizou, com êxito, de 21 a 23 de junho de 2024, o seu 14° Consinpro que destacou o tema da Valorização do Magistério e Fortalecimento da Democracia.

O evento, sediado nas instalações do Sinttel RJ - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônica do Estado do Rio de Janeiro -, contou com a presença de professores/as e dirigentes sindicais nos debates sobre a necessidade de melhoria das condições de trabalho, de reconhecimento profissional e de fortalecimento da educação e do estado democrático de direito - luta permanente dentro e fora das salas de aula do Rio de Janeiro.

Na abertura, o congresso homenageou Leonel Brizola com o vídeo "O Estadista da Educação", que evidenciava a trajetória do líder trabalhista que até o fim da vida defendeu a educação brasileira e a democracia. Na mesa de abertura, com a representação da CUT, da CTB, da Contee, da Feteerj e do Sinttel, os participantes deliberaram sobre a tese e o regimento do congresso. Ainda na abertura, o presidente do Sinpro-Rio, Elson Paiva, saudou os mais de 200 delegados, observadores e convidados do evento, ressaltando que vivemos num momento difícil para o sindicalismo e que só a organização da luta de forma coletiva, com ampla mobilização, vai nos levar à construção de uma educação de qualidade e inclusiva.

Neste primeiro dia, o congresso contou com as palestras dos educadores Malvina Tuttman, professora da UNIRIO e Fernando Penna, professor da Faculdade de Educação da UFF e líder do grupo de pesquisa do NEED - Núcleo de Estudos em Educação Democrática.

A professora Malvina Tuttman abordou a trajetória da Educação, desde o golpe contra Dilma Rousseff até o momento em que vivemos no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Já o professor Fernando Penna relatou estudos que vem realizando a respeito da violência física, psíquica e intelectual contra professoras e professores, onde se inclui a sua luta contra o movimento "Escola Sem Partido" que promove censura e perseguição a docentes, desde 2015.

A manhã do segundo dia do Consinpro foi marcada por debates que enfatizaram os principais desafios enfrentados na Educação Especial, numa perspectiva efetivamente inclusiva; o formato precarizado de Educação a Distância que vem sendo praticado pelo setor



privado de ensino e a urgência no combate ao adoecimento físico e mental da categoria.

Os palestrantes proporcionaram um amplo panorama com dados importantes sobre o atual momento da educação. Na primeira mesa, abordou-se o tema "Modalidades de Ensino e Impactos na Vida da Categoria", com a professora Márcia Maretti, especialista em Atendimento Especializado em Educação e Régis Argüelles, professor da UFF - Universidade Federal Fluminense.

Márcia Maretti destacou a importância da acessibilidade, permanência e terminalidade no ensino para pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e superdotação, propondo o ensino colaborativo como forma de evitar sobrecarga e garantir especialização na sala de aula.

Régis Argüelles fez uma análise histórica do contexto neoliberal, enfatizando como este remove direitos, precariza o trabalho e afeta os profissionais da educação. Tratando do tema "Dilemas no trabalho docente", o professor apresentou a relação entre o esgotamento físico e mental da categoria, pelo excesso de trabalho e o aumento das exigências e complexidades da profissão na atualidade. Soma-se a isto, a falta de tempo para se adaptar às novas demandas.

O tema sobre a financeirização da Educação Superior foi debatido pela professora da UERJ, Luciene Nascimento, e pelo coordenador geral da CONTEE, Gilson Reis.

Luciene Nascimento destacou o crescimento do ensino a distância na Educação Superior Privada, objetivando apenas o lucro, além da superexploração e da pressão por produtividade impostas aos docentes.

Gilson Reis fez uma análise histórica sobre a expansão da financeirização na educação,

discutindo as mudanças ocorridas ao longo dos governos. Ele ressaltou como o setor privado vem se apropriando de verbas públicas e como o Novo Ensino Médio se insere nessa lógica predadora empresarial que trata a Educação como mercadoria.

O período da tarde deste segundo dia foi dedicado à formação dos Grupos de Trabalho para discussão da Tese Guia aprovada para o 14° Consinpro.

Os grupos debateram a conjuntura política nacional e internacional, o cenário socioeducacional brasileiro e deliberaram sobre planos de lutas para, de fato, promover a valorização do magistério e o fortalecimento da democracia, a partir, também, das discussões provocadas pelas mesas de debates realizadas anteriormente.

Depois de tantas atividades importantes, os participantes confraternizaram-se ao som do grupo Uns Caras - música de qualidade para brindar uma categoria reunida na busca pelo reconhecimento merecido.

O 14° Consinpro foi encerrado com a energia de luta que guiou os participantes ao longo de todo o fim de semana. Como manda o espírito democrático e de construção coletiva, as propostas dos grupos de trabalho foram apresentadas e votadas na Plenária Final.

Houve tempo ainda para homenagens, agradecimentos e reconhecimento do empenho de todos os participantes que fizeram do Congresso um completo sucesso.

Parabéns aos professores e professoras que se dedicaram a pensar o presente e o futuro da nossa categoria. Todos juntos pela valorização do magistério e em defesa da democracia.

**14°
CON
SIN
PRO**

VALORIZAR O MAGISTÉRIO
E FORTALECER A DEMOCRACIA

GRUPOS DE TRABALHO: GRANDES TEMAS

CENÁRIO GERAL DA CONJUNTURA POLÍTICA

Neste 14° Consinpro, todos os Grupos de Trabalho discutiram a conjuntura internacional e nacional, e também o cenário socioeducacional brasileiro. A partir da tese guia, entre outros temas, debateu-se sobre os conflitos militares e suas consequências; o crescimento e a articulação mundial da extrema direita; a retomada de um novo ordenamento econômico, social e democrático no Brasil, numa tentativa de ruptura com o processo de destruição de conquistas sociais e trabalhistas executado pelo governo Bolsonaro; os desastres e os retrocessos provocados pelo neoliberalismo; o crescimento da iniciativa privada no cenário educacional brasileiro; as diferentes formas de privatização da educação e a tentativa de reduzi-la à condição de mercadoria.

PLANOS DE LUTAS:

1. Lutar pelo êxito do governo Lula, elegendo prefeitos/as e grandes bancadas de vereadores/as do campo democrático e progressista.
2. Lutar pelo fortalecimento do movimento sindical e popular no combate ao neoliberalismo e ao fascismo.
3. Lutar pela revogação das reformas Previdenciária, Trabalhista e Sindical, fortalecendo a organização e a luta dos trabalhadores.
4. Consolidar e fortalecer os processos que promovam a avaliação das instituições privadas de ensino, em todos os seus níveis, etapas e modalidades.
5. Lutar contra as práticas neoliberais que vêm abrindo caminhos para diferentes formas de privatização da educação pública e financeirização da educação privada.
6. Lutar pelo desenvolvimento de políticas públicas e resistência aos retrocessos provocados por forças fundamentalistas e reacionárias.
7. Prisão para todos os golpistas.
8. Lutar por regulamentação do ensino privado e seu controle pelo poder público.
9. Fortalecer políticas públicas voltadas aos povos originários, membros da comunidade LGBTQIAPN+ e dos demais setores minorizados.
10. Lutar pela implementação de cotas para a população trans.

11. Lutar contra todo tipo de discriminação e intolerância religiosa, respeitando a diversidade e o Estado laico.
12. Lutar pela ampliação da política de cotas para a pós-graduação.
13. Lutar pela manutenção dos mínimos constitucionais para saúde e educação.
14. Lutar em defesa do reajuste do salário mínimo de acordo com o DIEESE.
15. Lutar em defesa do piso constitucional para saúde e educação.
16. Defender o Investimento de 10% do PIB para educação.
17. Lutar pela auditoria e suspensão do pagamento da Dívida Pública.
18. Lutar pela revogação do arcabouço fiscal.
19. Lutar pelo fim das desigualdades salariais entre homens e mulheres.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

O grupo discutiu o descumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor e a luta necessária para que o próximo PNE 2024-2034 garanta que o setor privado de ensino deva estar subordinado ao que é de interesse público e deva se submeter aos marcos regulatórios, às exigências e aos parâmetros de qualidade aplicados às redes públicas do país, no que se refere à gestão democrática e participativa, ao trabalho pedagógico na perspectiva efetiva da educação inclusiva, à valorização dos profissionais, contemplando carreira, remuneração, condições de trabalho e saúde, e a equiparação salarial entre docentes da educação básica. A Educação é um direito, um bem público, é ferramenta fundamental para o avanço e a consolidação da democracia no país.

PLANOS DE LUTAS:

1. Garantir a formação e valorização dos profissionais da educação.
2. Garantir os preceitos da Constituição Federal, que assegura liberdade de cátedra aos/às profissionais da educação que atuam em instituições privadas de ensino.
3. Lutar a favor do trabalho decente, que tem como pilares básicos o respeito às normas dos direitos fundamentais no trabalho, expressas na convenção nº 87 da OIT.
4. Engajar-se na luta desenvolvida pelas mulheres, maioria predominante no

exercício do magistério, que sofrem, como tal, sobrecarga física e psicológica.

5. Lutar pela valorização do magistério, principalmente no que tange à remuneração, saúde física e mental e condições de trabalho.
6. Manter-se firme na luta pela equiparação salarial entre os docentes, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.
7. Retomar a ação do Sindicato junto às licenciaturas, como forma de estimular o contato sindical desde o início do processo formativo dos futuros docentes.
8. Lutar por uma política de prevenção e combate ao assédio moral e sexual nas instituições de ensino.

"NOVO ENSINO MÉDIO"

A discussão sobre o chamado novo ensino médio (NEM) destacou o quanto ele está inserido na lógica ultraneoliberal que organizações da iniciativa privada, já há algum tempo, trabalham para consolidar, influenciando projetos e programas educacionais do país, de acordo com seus próprios interesses.

Foram apontados problemas vividos nas escolas a partir da sua implantação, como ataques à profissão docente, com a demissão de professores em instituições privadas pela redução da carga horária da formação geral, a realocação de docentes para trabalharem com temáticas dos itinerários para as quais não têm formação, a possibilidade de contratação de pessoas com "notório saber" para atuarem como professores sem formação, além da abertura para o uso da Educação a Distância (EAD) em 20% e 30% das aulas, no ensino regular e no noturno, respectivamente, entre várias outras distorções.

A luta da sociedade, dos estudantes e dos professores pela revogação do NEM, que resultou no Projeto de Lei do executivo determinando sua reforma, também foi discutida, junto com a necessidade de mantê-la firme e viva, em função das alterações sofridas por esse PL nas idas e vindas de sua tramitação no Congresso Nacional.

PLANOS DE LUTAS:

1. Rediscutir as propostas relativas ao Novo Ensino Médio, com amplos debates junto à categoria e à sociedade.
2. Revogar o NEM nos moldes do projeto de 16 de fevereiro de 2017, propondo maior curricularização.

14° CON SIN PRO

VALORIZAR O MAGISTÉRIO
E FORTALECER A DEMOCRACIA

GRUPOS DE TRABALHO: GRANDES TEMAS

SAÚDE MENTAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este debate levantou questões muito sensíveis, vivenciadas no dia a dia das escolas por um número cada vez

maior de profissionais. A precarização nas relações trabalhistas está presente nas escolas e instituições particulares de ensino, a partir de baixa remuneração, atrasos sistemáticos de pagamento de salários e grandes cargas de trabalho.

Para além da sala de aula, há o excesso de demandas com prazos cada vez mais curtos, que envolvem o lançamento de frequências e notas on-line, respostas às mensagens eletrônicas da escola, dos estudantes e até de responsáveis, correção de trabalhos e provas. Além de participação em festas escolares e em reuniões fora da carga horária de trabalho, transformando a rotina dos professores e das professoras em tempo de produção.

Associa-se a esta sobrecarga um ambiente de trabalho que cerceia a autonomia pedagógica e promove violência psicológica. O sofrimento e o conseqüente adoecimento dos professores e das professoras são tidos, pela lógica empresarial presente nas escolas, como fraqueza e até motivo para demissões, e usados como instrumento para a submissão que o capitalismo quer impor à classe trabalhadora.

PLANOS DE LUTAS:

1. Denunciar o processo de adoecimento físico e mental da categoria, provocado, principalmente, pela sobrecarga de trabalho diante de novas exigências das instituições e práticas de assédio.
2. Denunciar e organizar grupos de apoio aos profissionais de Educação perseguidos e expostos publicamente a ataques pessoais e/ou políticos, e pelos mais diversos motivos que os levam a se afastarem do trabalho.
3. Lutar para que a relação do número de estudantes por turma seja reduzida e enfrentada.
4. Debater com a sociedade e lutar junto ao patronal pelo pagamento do tempo extra de trabalho docente, a título de "hora-atividade".
5. Resgatar o valor do ensino presencial, tratando as tecnologias digitais apenas como apoio ao trabalho docente e não em substituição à presença do professor e da professora.

PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

O grupo discutiu o processo de expansão de matrículas na Educação Superior Privada, o movimento frenético de fusões e aquisições entre instituições, abertura de capital na Bolsa de Valores, com forte participação de capital estrangeiro. Este processo visa à obtenção de máxima lucratividade, distanciando-se da produção de conhecimento, do desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e

Inovação, e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Hoje esse setor é dominado por poderosos conglomerados financeiros, com uma agenda de intenções voltada para a formação de subjetividades servis, que "aprendem" a naturalizar a superexploração e a precarização nas relações de trabalho.

São empresas que avançam sobre as redes públicas, para as quais vendem seus produtos e pacotes "educacionais". Interferem nos Conselhos de Educação, na elaboração de currículos e na editoração de livros didáticos, sempre visando ao lucro.

E mais, substituem o ensino presencial por um modelo deformado de EAD no qual professores\as, agora desprofissionalizado\as, atendem centenas de estudantes por turma, 24 horas por dia, arcando com os custos de seu trabalho on-line.

Buscam extinguir a própria CLT, e até mesmo as Convenções Coletivas de Trabalho, descumprindo deliberadamente suas cláusulas.

Demissões em massa, zeramento de carga horária, falta de autonomia e pressão por resultados têm provocado um nível sem precedentes de adoecimento na categoria.

É fundamental regulamentar e fiscalizar a Educação Superior Privada que deve estar subordinada aos interesses da sociedade brasileira.

PLANOS DE LUTAS:

1. Lutar pela regulamentação e fiscalização da Educação Superior Privada e pelo fortalecimento da Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior).
2. Defender, enquanto princípio, os mecanismos de monitoramento e avaliação das instituições de Educação Superior Privada.
3. Defender uma legislação específica que garanta a gestão democrática e a participação social nas instituições privadas de ensino, tanto na Educação Básica quanto na Superior.
4. Lutar pela regulamentação das práticas de ensino que precarizam a educação, fundamentadas nos conceitos de EAD, Ensino Remoto e Híbrido.
5. Lutar por uma maior qualificação dos cursos nas Instituições de Educação Superior Privada, com ênfase nas que mantêm convênio com o FIES, considerando os interesses da sociedade brasileira.
6. Atuar permanentemente na defesa de condições de trabalho dignas e pelo cumprimento, na sua essência, da Lei 9394/96 - LDB.
7. Rechaçar as nomenclaturas Tutor, Mentor e Instrutor, atribuídas aos\as professores\as pelas Instituições Privadas de Ensino.
8. Negar novas classificações atribuídas aos componentes curriculares, com disciplinas regionais e nacionais, tendo como objetivo garantir a qualidade do ensino.

9. Construir parcerias com a Academia para a produção de dados científicos que denunciem a má qualidade da formação oferecida pelas empresas e conglomerados "educacionais", devido ao processo de financeirização e mercantilização da educação.

10. Reafirmar o papel da juventude no movimento sindical.

MODALIDADES DE ENSINO E IMPACTOS NA VIDA DA CATEGORIA

A discussão, neste grupo, ficou concentrada nos principais problemas vividos na Educação a Distância e na Educação Especial e Inclusiva.

Escolas privadas que não oferecem suporte e recursos especializados, além de condições adequadas de acessibilidade arquitetônica, pedagógica, tecnológica e atitudinal para o atendimento de todas as crianças e jovens, com suas especificidades, condições orgânicas, sociais, étnico-raciais, etc., sobrecarregam os docentes, que não podem trabalhar sozinhos para que a Escola se torne um espaço de valorização da diversidade, da equidade e da cidadania.

Da mesma forma, há uma padronização e uniformização dos processos de ensino e de aprendizagem nas plataformas digitais de EAD, focados na transmissão rasa de conteúdos homogêneos para turmas cada vez mais numerosas, nas quais o professor\a é colocado como um auxiliar da plataforma, sem participação no planejamento, implementação e avaliação da aprendizagem.

Deixa de ser a referência principal do acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Esta realidade precisa urgentemente ser revertida, com regulação, avaliação e monitoramento do poder público sobre as instituições.

PLANOS DE LUTAS:

1. Lutar para que em todas as instituições privadas de ensino existam profissionais com qualificação especializada para o atendimento de estudantes com deficiência, transtornos, altas habilidades ou superdotação.
2. Defender o ensino exclusivamente presencial para toda a Educação Básica, da creche ao ensino médio.
3. Defender políticas de gênero e o princípio da paridade, tendo como instrumento o combate à discriminação e à desigualdade.
4. Lutar contra todas as formas de preconceito às minorias LGBTQIAPN+.
5. Lutar em favor da construção de uma sociedade justa, democrática e contra todo e qualquer tipo de preconceito étnico, racial e xenofóbico.
6. Cobrar do Conselho Municipal de Educação (CME) a fiscalização regular das escolas em relação aos profissionais de atendimento educacional especializado.
7. Elaborar um plano de cuidado, acolhimento e amparo ao professor e à professora, quanto às questões de saúde física, emocional e mental.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

REAJUSTE SALARIAL APROVADO

Em Assembleia da Educação Superior, no dia 10 de agosto de 2024, professores e professoras aprovaram, por unanimidade, a Revisão Salarial, com o reajuste de 3,4%, com base no INPC, retroativo à data-base da categoria - abril de 2024.

Foi acordado que o pagamento dos atrasados será realizado nos 5 primeiros dias úteis de outubro.

Entendemos que com este acordo, a categoria, junto ao seu Sindicato, deu um passo importante no fechamento das cláusulas econômicas.

Algumas pendências ficaram para resolução posterior. Ficou firmado que haverá discussão, em mesas paritárias, sobre as cláusulas que são objetos do pleito patronal. As referidas cláusulas que estão sendo temas de debate na mesa de

negociação são referentes ao:

- Pagamento de TI (tempo integral) e de TP (tempo parcial);
- Adicional previsto para o horário noturno acima de 40 minutos.

O processo negocial veio sendo arrastado em razão da lentidão manipulada pelo interesse dos patrões, no sentido de tentar alterar cláusulas históricas contidas na nossa CCT.

Por essas razões, é fundamental a mobilização da categoria. A luta pela defesa dos nossos direitos e conquistas, assim como pela manutenção integral da CCT precisa ser permanente.

O Sinpro-Rio está sempre na defesa da educação de qualidade. Todos juntos nesta luta!!!



2023: ASSEMBLEIA APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS



Em cumprimento ao que reza o Estatuto do Sinpro-Rio em seu Artigo 18º, no dia 24 de junho de 2024 foi realizada a Assembleia de Prestação de Contas relativas ao ano fiscal de 2023. Após exposição pela Secretaria de Finanças dos números referentes ao ano em pauta, foi aberto espaço ao Conselho Fiscal, que recomendou a aprovação das contas do Sindicato.

Em seguida foi aberta a palavra ao Plenário. Após ampla discussão, foi destacada a lisura e transparência das contas apresentadas.

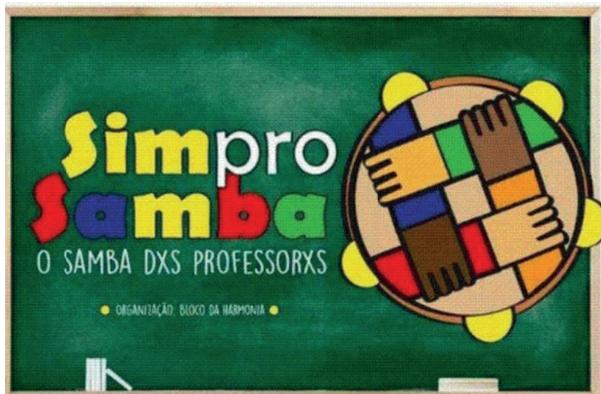
A Assembleia também considerou como fundamental a existência de um sindicato fortalecido e com capacidade de enfrentamento e resistência em favor de uma categoria hoje sobrecarregada, diante das novas exigências do mundo do trabalho e que, inclusive, está exigindo redirecionamento da luta em favor da categoria, tanto por melhores condições salariais quanto de trabalho.

Por fim, posta em votação, as contas do sindicato foram aprovadas por unanimidade.

Abaixo, planilhas de Receitas e Despesas, objeto de apreciação pela Assembleia:

COMPOSIÇÃO RECEITAS 2023	
RUBRICAS RECEITA	TOTAL REALIZADO 2022
RECEITAS	R\$
MENSALIDADES	1.943.019,49
CONTRIB.ASSISTENCIAL (LÍQUIDA)	1.607.345,45
ALIENAÇÃO DE BENS	48.300,37
TAXA UTILIZAÇÃO IMÓVEL	119.746,71
JURÍDICO -REPASSES	2.530.675,63
RENDIMENTOS FINANCEIROS	5.215.709,09
TAXA UTILIZ.CONV.QUALICORP	175.554,07
OUTRAS RECEITAS	422.016,97
TOTAL	12.062.367,70

COMPOSIÇÃO DESPESAS 2023	
RUBRICAS DESPESA	TOTAL REALIZADO
DESPESAS	R\$
CAMPANHA SALARIAL/DIRETORIA	2.041.061,80
ADM./PATRIMÔNIO- FOLHA PGTO.GERALADM./PATRIMÔNIO -ESTRUTURA SEDE/SUB-SEDE/CONTRATOS FIXOS SERVIÇOS SEDE/SUB-SEDE PJ/COMUNIC./DIVULGAÇÃO - OPERACIONAL/ CULTURA/ESPORTE/LAZER/ - ESCOLA DO PROFESSOR - OPERACIONAL/ JURÍDICO	4.951.409,47
FILIAÇÃO CUT /DIEESE/ APOIO MOV.SOCIAIS	260.675,75
FINANC(JUROS COML./EMPR/TRIB.)/(TARIFAS/SERVIÇOS)/ TRIBUTÁRIAS	119.770,97
TOTAL	7.372.918,04
SUPERÁVIT VERIFICADO	4.689.449,66



**OCORRE NAS SEGUNDAS
SEXTAS-FEIRAS DE CADA MÊS.
Confirme as datas pelas
redes sociais do Sinpro-Rio**



PROJETO MEMÓRIA

O Projeto Memória do Sinpro-Rio está em nova fase. Desde maio deste ano de 2024, a equipe composta por Natasha Mosley (historiadora e mestranda em História pela UNIRIO) e Pedro Cheuiche (Sociólogo e Mestre em História pela UFF) vem atuando nos arquivos da sede do Sindicato, debruçando-se sobre jornais da “Folha do Professor”, fotos, boletins e documentos diversos, além de realizar leituras de teses sobre o Sinpro-Rio e artigos sobre os diferentes períodos da história do sindicalismo docente no Brasil.

O objetivo é reconstruir a memória do sindicato, transformando todo o trabalho de pesquisa em um memorial da longa luta daqueles que se mobilizaram pela organização da classe e em defesa dos professores das instituições privadas de ensino, da educação pública, gratuita e de qualidade, e dos setores oprimidos.

Fundado em maio de 1931, o Sinpro-Rio foi o primeiro sindicato de professores do Brasil. Desde sua origem, se engajou em lutas e reivindicações a favor de melhores condições de trabalho na educação, obtendo conquistas importantes como o direito a férias remuneradas, a regulamentação da profissão, o piso salarial e muitas outras que precisam constantemente ser reafirmadas.

Recuperar a memória do Sindicato é tornar viva a história da luta da classe trabalhadora, na qual o Sinpro-Rio sempre exerceu e exerce protagonismo, situando-se, ao longo do tempo, por exemplo, contra regimes autoritários, na defesa do Estado democrático de direito.

Nesse processo, jamais se afastou, no campo educacional, do princípio de tratar a educação como direito para todos e todas, assim como o entendimento de que a iniciativa privada deve ser regulamentada pelo poder público.

Considerando os 93 anos da entidade, ainda há um longo caminho a percorrer nas pesquisas. O trabalho de elaboração do memorial está previsto para durar até outubro deste ano.

Entendendo que o trabalho de reconstrução da memória coletiva é um processo contínuo e dialógico, convidamos todos(as) aqueles(as) vinculados(as) ao sindicato para participarem deste ofício. Quaisquer documentos, fotografias e depoimentos são muito bem-vindos para a construção da memória do Sinpro-Rio.

**Vamos juntos nessa
nova empreitada!**

**ADQUIRA SEU GUIA IMPRESSO
NA SEDE E SUBSEDE OU PELO
SITE DO SINPRO-RIO**